Classificação: 031.12

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

PROCESSO NUP
64581.009119/2025-01

Cód verificador: 2617682f-bd04-49bc

ASSUNTO: Processo de contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, para aquisição de órtese craniana

INTERESSADO: CAF; Fisc Adm; OD; SALC; Tesouraria e Conformidade.

Órgão de Origem: Hospital Militar de Área de Manaus

Data da Criação: 09/07/2025

Localização Atual do Processo: Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

Data da Autação: 09/07/2025

Estado: Autuado

PEÇAS PROCESSUAIS

1- Termo de Abertura Nº 398-DIV FARM/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO (a)
2- Requisição Nº 295-DIV FARM/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO
3- 01 - Documento de Formalização da Demanda.pdf
4- 02_-_Estudo_Tecnico_Preliminar_70_2025_assinado.pdf (c)
5- 03_-_Matriz_de_Riscos_assinado_assinado.pdf
6- 03 - Grafico Mapa de Riscos.pdf
7- 04_-_Termo_de_Referencia_110_2025_assinado.pdf (c)
8- 05_-_Relatorio_da_Pesquisa_de_Precos_assinado.pdf (c)
9- 06 - Mapa Comparativo PDF.pdf
10- Gmail - Solicitação de Orçamento - Dispensa de Licitação.pdf
11- Orçamento 1.pdf
12- Orçamento 2.pdf
13- Processo digitalizado_paciente E. F. C..pdf
14- Termo de Desentranhamento Nº 001/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
15- Estudo Técnico Preliminar.pdf (c)
16- Relatório da Pesquisa de Preços.pdf (c)
17- Termo de Referência.pdf (c)
18- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 002/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
19- Termo de Desentranhamento Nº 003/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
20- Estudo Técnico Preliminar asssinado.pdf
21- Relatório da Pesquisa de Preços assinado.pdf
22- Termo de Referencia assinado.pdf
23- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 004/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
24- 01 - TR.pdf (c)
25- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 005/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
26- Termo de Desentranhamento Nº 006/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
27- - NC420842 FUSPROT.pdf (c)
28- _ CNH FABRICIO.pdf (c)
29- _ CONTRATO SOCIAL 02-09-2022.pdf (c)
30- 1 SEFAZ 28-06-2025.pdf (c)
31- 2 PREFEITURA 06-08-2025.pdf (c)
32- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 007/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
33- 3 FGTS 11-06-2025.pdf (c)
34- 4 CONJUNTA 15-09-2025.pdf (c)
35- 5 CNDT 03-11-2025.pdf (c)
36- 6 FALENCIA E REC. DE CREDITO 07-06-2025.pdf (c)

37- 7 CNPJ 19-12-2024.pdf (c)
38- 8 FIC 19-12-2026.pdf (c)
39- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 008/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
40- 9 BCM 02-04-2024.pdf (c)
41- 9 INSCRIÇÃO MUNICIPAL 02-03-2023.pdf (c)
42- 78_2025 - PROTESE TRANSFEMURAL DE MEMBRO.pdf (c)
43- BALANÇO PATRIMONIAL 2023.pdf (c)
44- BALANÇO PATRIMONIAL 2024.pdf (c)
45- certidao (1).pdf (c)
46- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 009/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
47- DECLARAÇÕES.pdf (c)
48- FABRICIO DE ARAUJO - SICAF.pdf (c)
49- FABRICIO DE ARAUJO - TCU.pdf (c)
50- nivel1Credenciamento_42594375000177_2025-05-29.pdf (c)
51- PROPOSTA DE PREÇOS.pdf (c)
52- sicaf.pdf (c)
53- tcu.pdf (c)
54- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 010/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
55- NE_167020_2025NE001569_v002_42594375000177_20251111082218.pdf (c)
56- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 011/2025 - Processo 64581.009119/2025-01
57- 1001815046 CENTRO DE OSTEOPATIA 20081983.pfx (b)
58- BALANCO AUTENTICADO.pdf
59- Cnh Wagner 20235.pdf
60- CNPJ CENTRO OSTEOPATIA.pdf
61- cnpj.pdf
62- CONSELHO REGIONAL DE.pdf
63- CONSULTA SICAF.pdf
64- consultarCRC_46937622000141_2025-08-04.pdf
65- consultarSituacaoFornecedor_46937622000141_2025-08-05 (1).pdf
66- fgts.pdf
67- INSCRIÇÃO ESTADUAL CENTRO OSTEOPATIA.pdf
68- RG THIAIZE.jpg
69- sicaf.pdf
70- tcu.pdf
71- NE_167020_2025NE001951_v002_46937622000141_20251211093221.pdf

Legenda
(a) Documento de Origem
(b) Arquivos que não serão impressos por não se tratarem de arquivos de texto ou imagem
(c) Documento desentranhado
(d) Documento desmembrado

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Termo de Abertura Nº 398-DIV FARM/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO

Manaus, AM, 9 de julho de 2025.

Assunto: Processo de contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, para aquisição de órtese craniana

Anexos:
1) Documento com 2+ Assinaturas nº 295-DIV FARM/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO, de 07 JUL 25

Esse processo se trata de contratação direta para aquisição de órtese craniana, de natureza ética, para correção de Braquicefalia, apresentada por um beneficiário do FUSEx, conforme especificações e quantidades estabelecidas na Requisição Nº 295-DIV FARM/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO.

[redacted]
Adjunto da Divisão de Farmácia

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten** [redacted] 11:05 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, II, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: pL2V-uhQB-0zNK-u///

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Requisição Nº 295-DIV FARM/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO

Manaus, AM, 7 de julho de 2025.

Assunto: Processo de contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, para aquisição de órtese craniana, do tratamento da patologia apresentada por um beneficiário do FUSEx.

Nos termos contidos no Art. 75 da Lei 14.133/21, solicito-vos providências no sentido de ser realizada a abertura de processo de contratação direta, para aquisição de órtese craniana, de natureza ética, para correção de Braquicefalia, apresentada por um beneficiário do FUSEx, conforme descrição dos itens relacionados no termo de referência.

a. **Especificação do item:**

Nr Ord	Sub Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	CATMAT	UND	QUANTIDADE
01	36	Órtese craniana para correção de Braquicefalia, a ser confeccionado sob medida. INCLUSO NO PROCESSO: Acompanhamento técnico para ajustes e reavaliações por 120 dias.	Unidade	628988	01	01

b. Finalidade: atender à solicitação do Diex Simplificado Nº 2395-Divisão de Gestão do FUSEx/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO, a fim de adquirir e dispensar, ao beneficiário. o material descrito.

[redacted]
Chefe da Central de Abastecimento Farmacêutico do H Mil A Manaus

PARECER DO FISCAL ADMINISTRATIVO

1. Sou de parecer favorável à aquisição do(s) material(is) solicitado(s).
2. Submeto o presente DIEx Requisitório à apreciação do Ordenador de Despesas.

[redacted]
Fiscal Administrativo do H Mil A Manaus

DESPACHO DO OD:

1. Autorizo o início dos procedimentos de contratação e determino a abertura do processo de contratação direta correspondente;
2. A SALC adote providências cabíveis de acordo com as normas em vigor por meio da abertura doseguinte Processo Administrativo: Contratação direta na modalidade de dispensa de licitação;
3. Publique-se.

4. publique-se.

[redacted]
Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus

Assinaturas

[redacted]
Adjunto da Divisão de Farmácia

[redacted]
Fiscal Administrativo

[redacted]
Chefe da Central de Abastecimento Farmacêutico

[redacted]
Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus

[redacted]**assinatura simples**, pelo(a) **Cel** :47 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap** [redacted]/07/2025, às 09:09 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten** [redacted] 07/07/2025, às 07:18 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap** [redacted] 07/07/2025, às 14:29 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: fKEL-4fEP-Mb9u-vDr2

Documento de Formalização da Demanda

[redacted]

Número do Documento de Formalização da Demanda: 87/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Farmácia - OPME	31/12/2026 00:00	160[redacted]	

Descrição sucinta do objeto

OPME (ortopedia, próteses auditivas e mamárias)

Justificativa da prioridade

Sem esses materiais não é possível atender as demandas cirúrgicas e dos pacientes ambulatoriais do Hospital.

2. Justificativa de Necessidade

O setor da Farmácia do Hospital Militar de Área de Manaus (H Mil A Manaus) fornece materiais cirúrgicos OPME /ortopédicos e próteses auditivas que visam suprir a demanda de atendimentos aos pacientes assistidos por este hospital. Estes itens constituem elementos essenciais e indispensáveis para atendimento aos pacientes, razão pela qual este Hospital não pode abster-se deles, pois o hospital atende os militares da ativa, militares da inativa, reformados, pensionistas e dependentes, realiza também apoio aos militares e dependentes da Marinha do Brasil.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS			1,00	41.000.000,00	41.000.000,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Equipe de apoio

[redacted]

Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
36/2025

[redacted]

Data de Criação
07/07/2025 12:38

Objeto da Matriz de Riscos
Aquisição de órtese craniana, de natureza ética, para correção de Braquicefalia, apresentada por um beneficiário do FUSEx

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Desatendimento de pacientes.	Falta dos material para atendimento da demanda	Planejamento	Administração	Extremo	
	Impactos					
1	Desatendimento ao público usuário do sistema de saúde do Exército.					
	Ações Preventivas					
P-01	Acelerar a produção documental na fase interna. Respeitando as Leis, normas e regulamentos vigentes. Requisitantes e SALC			**Responsável:** JESSICA ARAUJO DE BARROS		
	Ações de Contingência					
C-01	Realizar gestões para aquisição dos materiais, mediante possíveis processos de adesão a pregões de outras UASG ou realizar encaminhamentos às OCS conveniadas.			**Responsável:** JESSICA ARAUJO DE BARROS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Problemas na seleção da empresa	Atraso na aquisição dos materiais	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	
	Impactos					
1	Atraso na entrega dos materiais, conforme solicitado via TR.					
	Ações Preventivas					
P-01	Seguir as disposições previstas no instrumento convocatório.			**Respo** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Verificar os requisitos de participação na licitação, bem como os critérios para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e requisitos técnicos e profissionais.			**Respo**		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

[redacted]

[redacted]

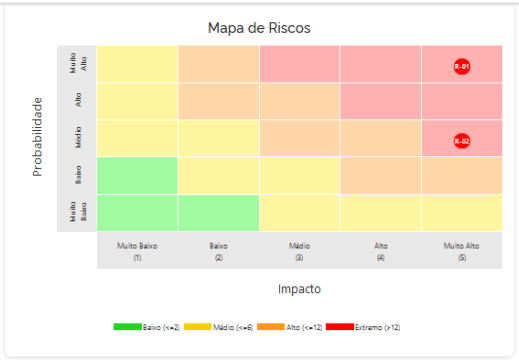
Equipe de apoio

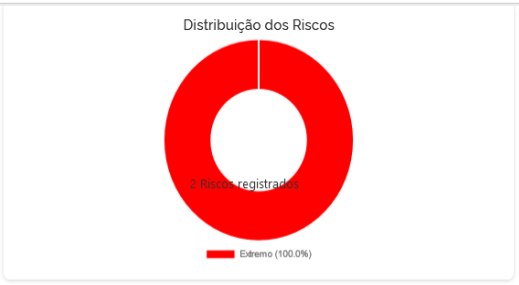
[redacted]

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - grafico mapa de riscos.pdf (35.83 KB)





Lista dos Riscos

Número	Risco	Fase	Probabilidade	Impacto	Nível	Alocado para
1	Desatendimento de pacientes.	Planejamento	5	5	Extremo	Administração
2	Problemas na seleção da empresa	Seleção do Fornecedor	3	5	Extremo	Administração

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows.

Nº	Nome	Unidade	CATMAT	Quantidade	1º Orçamento	Legenda	2º Orçamento	Legenda	3º Orçamento	Legenda	Valor Unitário Estimado	Valor Total
CATEGORIA 01: MEDICAMENTOS												
1	Órtese craniana para correção de Braquicefalia, a ser confeccionada sob medida. **INCLUSO NO PROCESSO:** Acompanhamento técnico para ajustes e reavaliações por 120 dias.	Unidade	628988	01	R$ 18,200.00	2	R$ 18,800.00	1			**R$ 18,200.00**	R$ 18,200.00
											TOTAL R$	**R$ 18,200.00**
Observações:												
EM CASO DE DIVERGÊNCIAS NAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS COM AS DO SISTEMA COMPRASNET, PREVALECEM AS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.												

Legenda	
P	Painel de Preços
I	Internet
C	Compras Gov

Empresas	
1	CLINICA BABY VITA FISIOTERAPIA E OSTEOPATIA PEDIÁTRICA; CNPJ: 55.327.927/0001-22;
2	CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIÁTRICA DO AMAZONAS LTDA. CNPJ: 46.937.622\0001-41.

Gmail **FARMÁCIA HMAM <farmacia.hmam.eb@gmail.com>**

Solicitação de Orçamento - Dispensa de Licitação

1 mensagem

[redacted]mam.eb@gmail.com> 25 de junho de 2025 às 09:34
[redacted]@gmail.com

Bom dia,

Em nome do Hospital Militar de Área de Manaus, CNPJ: 09.601.850/0002-09.
Solicito orçamento, com base nos valores atuais do mercado, para compor a pesquisa de preço do Processo Licitatório através de Dispensa de Licitação.

Item: Órtese Craniana para correção de Braquicefalia, com acompanhamento e ajustes até o final do tratamento.

O orçamento deverá contemplar os custos totais referente a produção da Órtese, bem como os custos de todos os ajustes necessários até o final do tratamento.

Ainda, solicito a carta de exclusividade, tendo em vista serem a única Instituição no Estado do Amazonas que realiza a avaliação e confecção do material.

A validade do orçamento não pode ser inferior a 90 dias, por se tratar de processo licitatório.
Em sua proposta devem estar previstos todos os encargos fiscais e de transporte.

Local de entrega: Farmácia do Hospital Militar de Área de Manaus - R. Prof. Ernani Simão, 1421 - Cachoeirinha, Manaus - AM, 69065-060.

Atenciosamente,

[redacted]ncologista | Alto Custo
Farmácia Hospitalar
Hospital Militar de Área de Manaus
(92) 2126-2087 (68) 99231-2313

ORÇAMENTO DE TRATAMENTO DE ÓRTESE CRANIANA

[redacted]

Fornecedor: Centro de Osteopatia Pediátrica do Amazonas LTDA
Cnpj:46.937.622\0001-41
Endereço: Av. Dr. Theomario Pinto da Costa, 811 9º andar sala 910- Manaus\AM
Telefone: 92 98214-6181
Email: institutodeosteopatiapeam@gmail.com

[redacted]

CPF:
[redacted]

Valor: 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais)
Forma de Pagamento: Parcelado
Validade do orçamento: 90 dias
Prazo de entrega: Até 15 dias úteis após medição\ escaneamento 3D

Observações: Produto de uso individual, confeccionado sob medida.
-Incluso acompanhamento técnico para ajustes e reavaliações por 120 dias.

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Ama

[redacted]

Responsável técnico
Dra Thiaize Ribeiro
Crefito 242604

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas
Edifício Skye Platinum Offices
Av. Dr Theomário Pinto da Costa, 811
Sala 910, 9º andar
Contato (92) 98214-6181

Instituto de **Osteopatia**
Pediátrica do Amazonas

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas
Edifício Skye Platinum Offices
Av. Dr Theomário Pinto da Costa, 811
Sala 910, 9º andar
Contato (92) 98214-6181

Clínica BabyVita
Fisioterapia e Osteopatia Pediatrica

CLÍNICA BABY VITA FISIOTERAPIA E OSTEOPATIA PEDIATRICA LTDA

Orçamento

[redacted]

Tratamento de Assimetria Craniana compreendendo avaliações com exames físicos, clínicos, escaneamento 3D inicial e, ao longo do tratamento (quantos forem necessários), confecção da órtese e ajustes ao longo do tratamento e acompanhamento clínico do paciente do início ao fim, até que o paciente tenha alta.

*(Órtese para assimetria craniana sob medida tipo capacete) / Produzido por SHOPPING ORTOPÉDICO,CNPJ:01.103.144/0001-6comregistroANVISAAFE8.24110-6

*Órtese confecciona da entre 15-20dias

Valor total do tratamento: R$18.800,00 (Dezoito mil e oitocentos reais)
Formas de pagamento: Tranferência Bancária, via Pix ou em Espécie
Dados para transferência:
[redacted]
Nome da Empresa: Clínica Baby Vita Fisioterapia e Osteopatia Pediátrica
CNPJ: 55.327.927/0001-22
PIX:55327927000122

19demaiode2025

[redacted]

55.327.927/0001-22
CLÍNICA BABY VITA FISIOTERAPIA E OSTEOPATIA PEDIÁTRICA LTDA.
RUA JOSÉ BERNARDINO, Nº 97
SALA 502 - ESCRIT. TP-01-3 ANDAR 5
CEP: 58.408-027 - VILA CABRAL
CAMPINA GRANDE- PB

(83)98104-7134
@clinicababyvita
Complexo Heron Marinho Business
Rua José Bernardino, 97-Vila Cabral, Campina Grande / PB.

Classificação: 019.12

DIEx Simplificado Nº 2395-Divisão de Gestão do FUSEx/DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO
EB: 64581.007618/2025-56

Manaus, AM, 13 de junho de 2025.

Do Chefe da Divisão de Gestão do FUSEx

À Sra Chefe da Divisão de Farmácia

Assunto: processo de aquisição e dispensação d[redacted]

Remeto anexado o processo de aquisição e dispensação de 1 (uma) órtese craniana para [redacted]

que sejam adotadas as medidas administrativas pertinentes ao processo.
Informo que o referido processo será enviado por meio físico.

[redacted]

[redacted]
Chefe da Divisão de Gestão do FUSEx

"OITENTA ANOS DAS VITÓRIAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS!"

[redacted] **e assinatura simples**, pelo(a) **Cel** [redacted] 2:08 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

pqzI-RhSI-Oj4q-XM+v

ANEXO II

MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS	SOLICITAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS

1. NOME COMPLETO DO PA[redacted]

2. NÚMERO DO CARTÃO FUSEX 7 2 6 0 1 4 3 5 7 0 2

3. NOME COMPLETO DO TITULAR [redacted]

4. NÚMERO DO CARTÃO FUSEX DO TITULAR 7 2 6 0 7 4 3 5 7

5. PRODUTO(S) MÉDICO(S)	6. QUANTIDADE SOLICITADA		
	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS
[redacted]			
2			
3			
4			
5			
6			

Solicito o(s) produto(s) médico(s) acima discriminado(s), inserido(s) na lista estabelecida pelas Normas Técnicas da Diretoria de Saúde, para uso durante o período de tratamento do paciente.

[redacted]

AVALIAÇÃO TÉCNICA

7. DEFERIMENTO

O(s) produto(s) médico(s) solicitado(s) está(ão) inserido(s) na lista das Normas Técnicas da Diretoria de Saúde e será(ão) utilizado(s) no tratamento do paciente. DEFIRO a solicitação do(s) produto(s) médico(s) descrito(s) na numeração.
☐1 ☐2 ☐3 ☐4 ☐5 ☐6

8. Observação:

9. INDEFERIMENTO

O(s) produto(s) médico(s) solicitado(s) não é(são) necessário(s) ao tratamento do paciente. INDEFIRO a solicitação do(s) produto(s) médico(s) na numeração. ☐1 ☐2 ☐3 ☐4 ☐5 ☐6

10. Especificação:

11. Nome do Avaliador:	12. Data da Avaliação			

Assinatura e carimbo do avaliador

AUTORIZAÇÃO

1. AUTORIZO a dispensação do(s) produto(s) médico(s) acima deferido(s) pelo Avaliador

☐ SIM ☐1 ☐2 ☐3 ☐4 ☐5 ☐6 ☐ NÃO ☐1 ☐2 ☐3 ☐4 ☐5 ☐6	2. Data da autorização			

3. Especificação:

[redacted]

Diretor do Hospital Militar de Área de Manaus

[redacted]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

[redacted]

Scanned with CamScanner



Imprimir





[redacted]

DEPENDENTE(S)					
	Cond.		Dt	Dt	Dt

[redacted]

Esta pagina demorou 0.211070 segundos para ser carregada!

Scanned with CamScanner



RESULTADO SCANNER 3D

Paciente [redacted]

Dados obtidos através do aparelho Shining3D EinScan H2 varredura total da imagem do crânio através de feixes de luz.

1. Resultado

Índice cefalométrico Ci 91% indicando grau leve de Braquicefalia
Cva 1mm de diferença das diagonais, padrão de normalidade.

2. Parecer final

Paciente com indicação de tratamento de órtese craniana

[redacted]

[redacted]

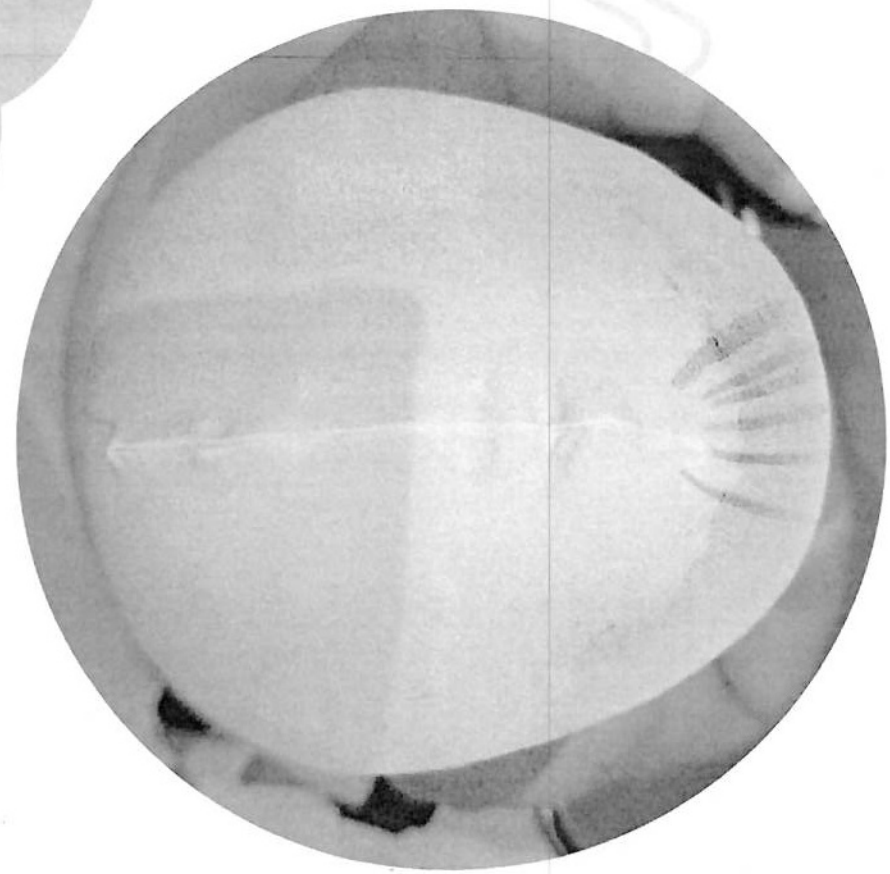
Digitalizado com CamScanner

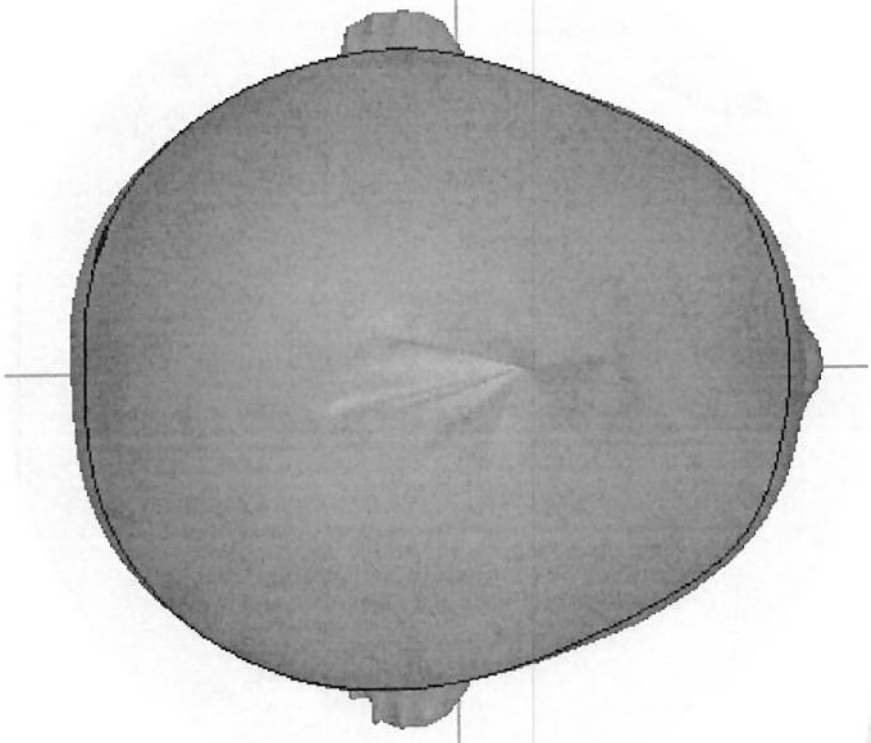
RELATÓRIO SCANNER 3D

ESCANEAMENTO TRIDIMENSIONAL A LASER, ATRAVÉS DE TECNOLOGA
EM 3D QUE FAZ A VARREDURA COMPLETA DO CRÂNIO

[redacted]

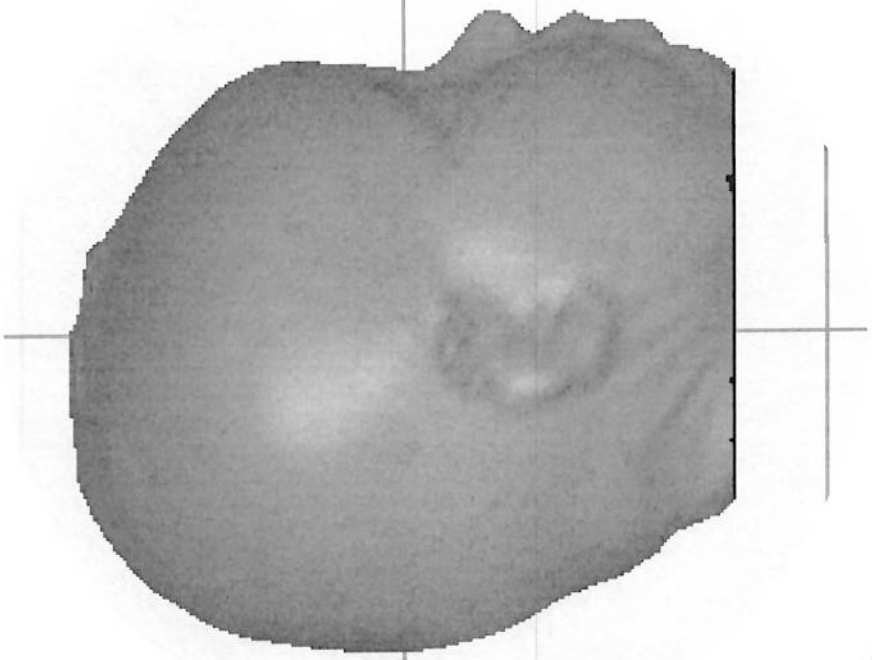
Este documento é peça do processo 64581.009119/2025-01

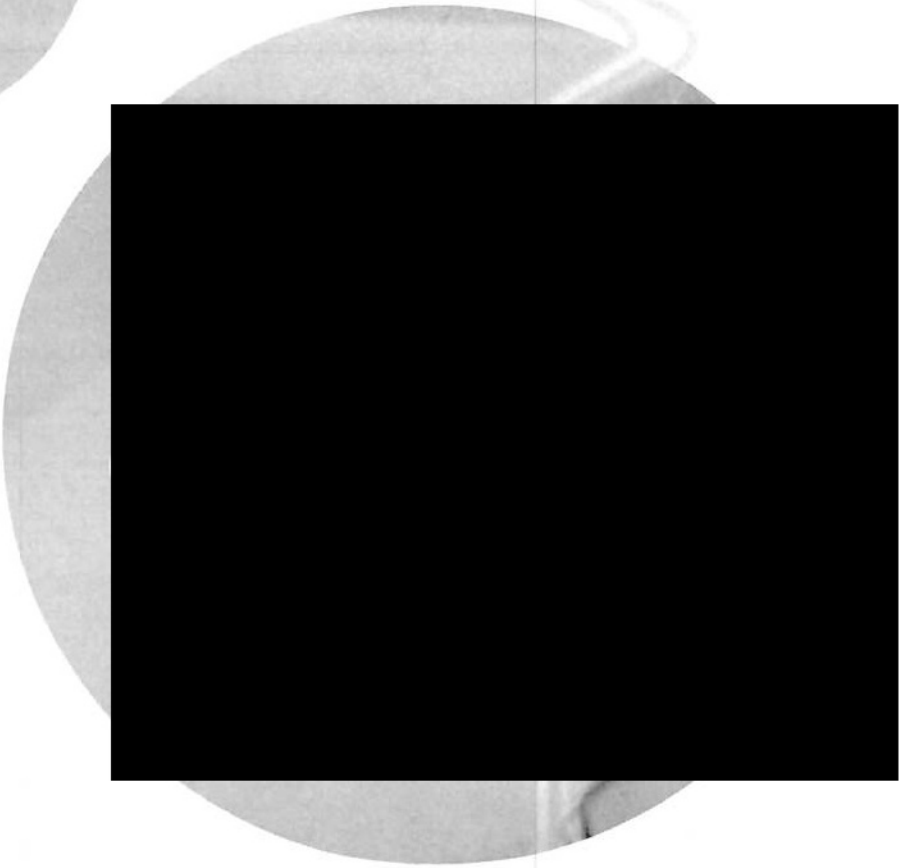


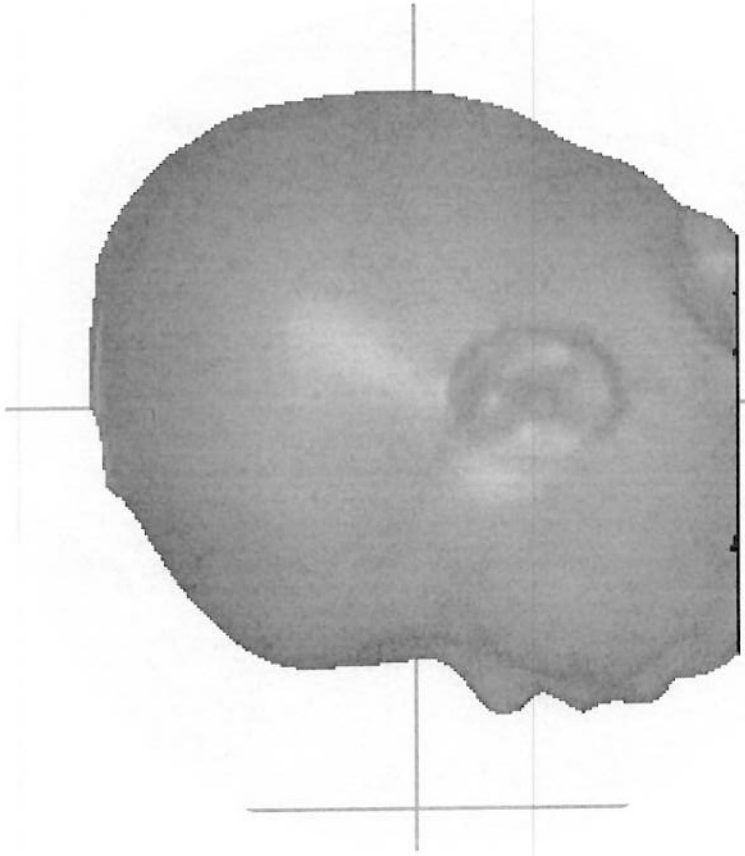


[redacted]

[redacted]

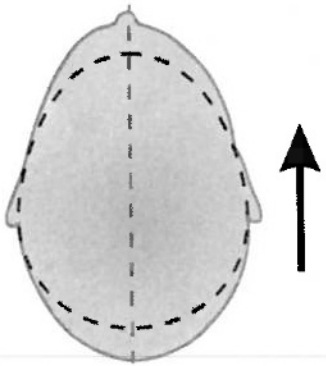




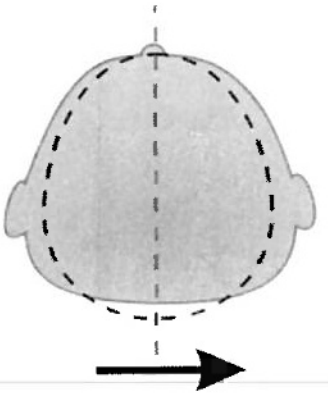


Este documento é peça do processo 64581.009119/2025-01

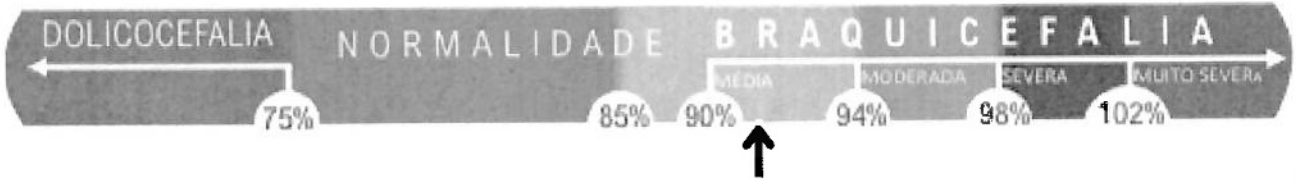
[redacted]



ESCAFOCEFALIA



BRAQUICEFALIA

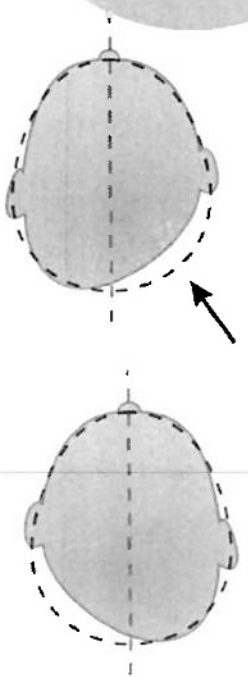


Este documento é peça do processo 64581.009119/2025-01

[redacted]

Resultado 09/05/2025

[redacted]





ORÇAMENTO DE TRATAMENTO DE ÓRTESE CRANIANA

Solicitante: Hospital Militar de Área de Manaus
CNPJ 09601850000110

[redacted]

Fornecedor: Centro de Osteopatia Pediátrica do Amazonas LTDA
Cnpj:46.937.622\0001-41
Endereço: Av. Dr. Theomario Pinto da Costa, 811 9º andar sala 910- Manaus\AM
Telefone: 92 98214-6181
Email: institutodeosteopatiapeam@gmail.com

[redacted]

CPF:
[redacted]

Valor: 18,200.00 (dezoito mil e duzentos reais)
Forma de Pagamento: via empenho
Validade do orçamento: 20 dias
Prazo de entrega: Até 15 dias úteis após medição\ escaneamento 3D

Observações: **Produto de uso individual, confeccionado sob medida.**
-Incluso acompanhamento técnico para ajustes e reavaliações por 120 dias.

[redacted]

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas
Edifício Skye Platinum Offices
Av. Dr Theomário Pinto da Costa, 811
Sala 910, 9º andar
Contato (92) 98214-6181

CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Manaus, 10 de junho de 2025.

À quem possa interessar,

O Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o número 46.937.622-0001-41, com sede na cidade de Manaus-AM, vem por meio desta declarar e atestar que, até a presente data, é a única instituição no estado do Amazonas que realiza:

Avaliação 3D do crânio de bebês, por meio de escaneamento tridimensional de alta precisão, sem radiação e sem contato direto com o bebê, respeitando os mais rigorosos critérios técnicos e de segurança.

Confecção e adaptação de órtese craniana personalizada (capacete ortopédico), indicada para o tratamento de assimetrias cranianas como plagiocefalia, braquicefalia e escafocefalia posicional.

A atuação do instituto é fundamentada em critérios éticos, científicos e atualizados, com equipe capacitada e especializada em osteopatia pediátrica, neurologia do desenvolvimento e tecnologias aplicadas à saúde infantil.

Este documento tem validade indeterminada e poderá ser utilizado para fins de comprovação técnica junto a profissionais, instituições de saúde, órgãos públicos e planos de saúde, sempre que necessário.

Atenciosamente,

Instituto de O
Pediátrica d

Diretor Técnico do

Contato: (92) 982

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas
Edifício Skye Platinum Offices
Av. Dr Theomário Pinto da Costa, 811
Sala 910, 9º andar
Contato (92) 98214-6181

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE PAGAMENTO VIA EMPENHO

À

[redacted]

Hospital Militar de Area de Manaus

CNPJ: 09601850000110

Manaus-Am

Assunto: Declaração de Aceitação de Pagamento por Meio de Empenho

O Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas, inscrito no CNPJ nº 46.937.622-0001-41 com sede à Av. Dr. Theomário Pinto da Costa, 811- Chapada, sala 910 , declara, para os devidos fins, que aceita o pagamento por meio de nota de empenho emitida pelo Exército Brasileiro, referente à aquisição de Órtese Craniana sob medida para a paci[redacted]ecificações técnicas previamente acordadas.

A entrega do produto será realizada mediante pedido da órtese e posteriormente recebimento do empenho e conforme os prazos estipulados em contrato, respeitando as normas técnicas e os critérios de qualidade exigidos para o uso terapêutico da órtese craniana.

Dados do Fornecedor:

Razão Social: Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas

CNPJ: CNPJ nº 46.937.622-0001-41

Endereço: Av. Dr. Theomário Pinto da Costa, 811- Chapada, sala 910.

Telefone: 92 98214-6181

E-mail: institutodeosteopatiapeam@gmail.com

Representante leg[redacted]

Institu[redacted]

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas

Dados do Produto/Serviço:

- Produto: Órtese craniana sob medida
- Finalidade: Correção craniana terapêutica (braquicefalia)
- Valor: R$ 18,200.00 (dezoito mil e duzentos reais)
- Prazo de entrega: 15 dias úteis após o pedido da órtese.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

[redacted]

Responsável Legal

[redacted]

[redacted]

Manaus, 10 de Junho de 2025

Instituto de Osteopatia Pediátrica do Amazonas
Edifício Skye Platinum Offices
Av. Dr Theomário Pinto da Costa, 81
Sala 910, 9º anda
Contato (92) 98214-618

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Termo nº 001/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 14/07/2025 às 08:40, faço a retirada do(s) documentos(s) 02_-_Estudo_Tecnico_Preliminar_70_2025_assinado.pdf, 04_-_Termo_de_Referencia_110_2025_assinado.pdf, 05_-_Relatorio_da_Pesquisa_de_Precos_assinado.pdf do presente processo pelo seguinte motivo: Documentação editada e alterada.

[redacted]
Adjunto da Divisão de Farmácia

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 002/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 14/07/2025 às 08:41, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): Estudo Técnico Preliminar.pdf, Relatório da Pesquisa de Preços.pdf, Termo de Referência.pdf.

[redacted]
Adjunto da Divisão de Farmácia

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Termo nº 003/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 14/07/2025 às 08:41, faço a retirada do(s) documentos(s) Estudo Técnico Preliminar.pdf, Relatório da Pesquisa de Preços.pdf, Termo de Referência.pdf do presente processo pelo seguinte motivo: Documentação equivocada.

[redacted]

Adjunto da Divisão de Farmácia

Estudo Técnico Preliminar 70/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64581.008818/2025-26

2. Descrição da necessidade

DO OBJETO

A aquisição de órtese craniana se faz necessária para atender as necessidades específicas do usuário do Sistema de Saúde do Exército. A Portaria de n° 048 – DGP, de 28 de fevereiro de 2008, aprova as Instruções Reguladoras para a Assistência Médico-Hospitalar aos Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR 30-38).

Art. 3º *Para efeito destas IR, define-se: I -* ***aparelho ortopédico*** *- instrumento ou dispositivo utilizado para corrigir ou evitar a deformidade do corpo ou apoiá-lo depois de deformado, usado para fins ortopédicos.*

Esta aquisição tem por finalidade atender a paciente, [redacted] processo de autorização será anexo a este.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Os Hospitais Militares de Áreas do Exército Brasileiro são OMS com estrutura médico-hospitalar de maior grau de complexidade nas áreas de subordinação das Regiões Militares (RM), tendo sob sua responsabilidade de atuação, dezenas de milhares de vidas. Cabe ilustrar, em termos numéricos, que apenas no Município de Manaus-AM, presta-se o apoio à cerca de 22.000 (vinte e dois mil) usuários, no sistema de saúde do Exército Brasileiro.
2.2. O Hospital Militar de Área de Manaus é uma OMS de referência no eixo amazônico, em prol do atendimento de todos os usuários do Comando Militar da Amazônia, englobando os territórios do Amazonas, Acre e Rondônia.
2.3. Os bens são considerados “comuns”. Pois, enquadram-se nos termos do parágrafo único, do Art. 6°, da Lei 14.133, de 2021: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.
2.4. A órtese craniana é um dispositivo utilizado para corrigir assimetrias cranianas em bebês, principalmente plagiocefalia e braquicefalia. Ela funciona moldando o crescimento do crânio, direcionando o desenvolvimento para as áreas achatadas e contendo o crescimento nas áreas proeminentes. O tratamento é geralmente recomendado para assimetrias moderadas a severas e pode trazer benefícios estéticos e funcionais, como melhora da simetria facial, correção de problemas de visão, mastigação e até mesmo da respiração.
2.5. A não utilização da órtese craniana, quando necessária, em bebês com assimetria craniana posicional, podem levas a problemas estéticos, como a "cabeça torta", além de alterações funcionais como dificuldades na mastigação, problemas posturais e até atrasos no desenvolvimento motor. Em casos mais graves, pode haver impacto no desenvolvimento da mandíbula, arcada dentária e até mesmo na respiração.

2.6. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente dispensa de licitação.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Não é necessária a adaptação do espaço físico nem treinamento específico para o manuseio do material referido;

- Atender ao descritivo.
- Atender a unidade de fornecimento.
- Qualidade do acabamento.
- Embalagem com informações em Língua Portuguesa.
- Data de validade dentro do especificado neste termo e visível na embalagem.
- Registro ANVISA dentro do prazo de vigência e visível na embalagem, nos casos em que se aplica.
- Instrução de uso que orientem a utilização adequada do produto.
- Acompanhamento e assessoramento com profissional qualificado.

DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

3.2. Quando da realização do processo licitatório, é necessário que as propostas contenham as especificações do material cotado.

Para a aceitação das propostas durante a realização do certame, essas deverão conter:

- Número do Registro na ANVISA para o produto ofertado;
- A empresa vencedora do certame deverá apresentar documento informando possuir fisioterapeuta no seu quadro funcional/profissional, registrado no Conselho de classe (Conselho Regional de Fisioterapia), que realizará a adaptação da órtese solicitada;
- Apresentar documento informando estar localizado no município de Manaus/AM, onde realizará a confecção, manutenção e adaptação da órtese;
- A empresa vencedora deverá ter condições de prestar assistência na região de Manaus -AM, pelos seguintes motivos: facilidade ao acesso para a confecção do molde; realização do acompanhamento técnico para ajuste e reavaliação por 120 dias, aferição da órtese para limpeza e manutenção, caso necessário.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Farmácia	[redacted]

5. Levantamento de Mercado

LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1. Será realizada uma pesquisa mercadológica atualizada para verificar a melhor forma de contratação, observando a vantajosidade dos preços praticados, com ampla pesquisa de preços na elaboração dos valores estimados dos itens a serem licitados, devendo ser analisados os critérios da IN 65/2021 abaixo:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do
art. 5º.

Critérios

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a
aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes
parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas
oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1

(um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada
pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por
meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6. Descrição da solução como um todo

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. O prazo de entrega dos bens deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, **no seguinte endereço**:

ORGANIZAÇÃO MILITAR	UASG	ENDEREÇO
Hospital Militar de Área de Manaus - HMAM	160020	Rua Prof. Ernani Simão, 1421, Cachoeirinha, Manaus/AM – CEP: 69065-060 **SETOR DA FARMÁCIA HOSPITALAR**

6.2. O recebimento material licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectadas, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

6.3. Serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os itens entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Nr Ord	Sub Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	CATMAT	UND	QUANTIDADE
01	36	Órtese craniana para correção de Braquicefalia, a ser confeccionada sob medida. INCLUSO NO PROCESSO: Acompanhamento técnico para ajustes e reavaliações por 120 dias.	Unidade	628988	01	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 18.200,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços com base em cotações comerciais, todas em anexo a pesquisa de preços.

O valor total estimado para a presente contratação é de: R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A presente aquisição será realizada por itens uma vez que essa forma de aquisição é técnica ou economicamente viável, não existindo necessidade de agrupamento.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A presente aquisição encontra fulcro nos seguintes Objetivos Estratégicos:

Objetivos Estratégicos de Pessoal (OEP) e Objetivos Estratégicos de Saúde (OES)

Plano de Gestão do H Mil A Manaus define oito Objetivos Estratégicos Institucionais, descritos abaixo:

- **OEO-01. Aprimorar e otimizar continuadamente a assistência de saúde à Família Militar;**
- OEO-02. Integrar e compartilhar as informações assistenciais, gerenciais e de tecnologia da informação;
- OEO-03. Institucionalizar a Humanização do atendimento e a segurança do paciente;
- OEO-04. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentário-Financeira;
- OEO-05. Projetar o Hospital no meio civil;
- **OEO-06. Otimizar a aquisição e o controle de insumos e equipamentos hospitalares;**
- **OEO-07. Incrementar a produtividade hospitalar (CDM); e**
- **OEO-08. Reduzir o custo dos encaminhamentos para OCS/PSA.**

11.2. Além disso, contempla, nos itens de Planejamento Estratégico e Plano de Ação, a pormenorização dos Objetivos Estratégicos Institucionais. Relacionamos abaixo os de interesse para este certame:

OEO	Fator Crítico de Sucesso	Iniciativas
OEO-01. Aprimorar e otimizar continuadamente a assistência de saúde à Família Militar	Integração com outras O M S ; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.1-Adequar as Clínicas e Serviços às normas vigentes, 9.2 - Instituir programas de melhoria da assistência à saúde, 9.3 - Otimizar a telessaúde /telemedicina, 9.5 - Implementar o Sistema de Informações Hospitalares, 9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.11 - Incrementar as atividades de ensino e educação continuada na área de saúde, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário, e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.
OEO-06. Otimizar a aquisição e o controle de insumos e equipamentos hospitalares;	Recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.4 - Modernizar a solução de tecnologia da Informação e 9.5 - Implementar o Sistema de Informações Hospitalares.
	Integração com outras	9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as

OEO-07. Incrementar a produtividade hospitalar (CDM);	O M S ; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.
OEO-08. Reduzir o custo dos encaminhamentos para OCS/PSA	Integração com outras O M S ; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.

Assim, existe alinhamento entre planejamento e a contratação do objeto, posto que existe uma antevisão - no que tange a aquisição de recursos financeiros, humanos, materiais e de equipamentos no Plano de Gestão do H Mil A Manaus.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não serão necessárias contratações, no sentido de adequar o ambiente do órgão ou o pessoal para o recebimento dos materiais a serem adquiridos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Os Resultados Pretendidos são a aquisição do objeto com o menor custo possível para a Administração Pública e a garantia da continuidade do atendimento médico disponibilizados aos militares - do Exército Brasileiro e Forças Coirmãs da ativa, inativa, pensionistas, servidores civis e aos seus dependentes.

12.2. Tendo em vista os princípios da economicidade, eficácia e eficiência na Administração Pública, a contratação pretendida não implicará em qualquer investimento de recrutamento, seleção, treinamento ou administração de mão de obra, pois há recurso humano especializado à disposição do Setor de Farmácia do H Mil A Manaus.

12.3. Logo, com a contratação pretendida, o H Mil A Manaus alcançará maior produtividade, efetividade e eficiência na execução dos serviços relacionados à atividade fim, que é prestar assistência farmacêutica à Família Militar.

13. Possíveis Impactos Ambientais

IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Atentar para as exigências de sustentabilidade ambiental, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 7746/12, alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 e as determinações sobre disposição final ambientalmente adequada prevista na Lei n° 12.305/2010.

13.2. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS dos Hospitais em questão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

13.3. Critérios Sociais: A empresa vendedora não poderá ter em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

14. Providências a serem Adotadas

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências no sentido de adequar o ambiente do órgão para recebimento dos materiais a serem adquiridos, além disso, cabe ressaltar que existem setores responsáveis para o recebimento, inspeção, verificação da qualidade e armazenamento de todo e qualquer material adquirido pelo H Mil A Manaus.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]
Equipe de apoio

Assinou eletronicamente em 10/07/2025 às 11:04:26.

[redacted]
Equipe de apoio

Relatório da Pesquisa de Preços 25/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2025	160020-HOSPITAL MILITAR DE ÁREA MANAUS	[redacted]	10/07/2025 11:39 (v 3.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64581.008818/2025-26

1. Objetivo

1.1. A presente Pesquisa de Preços foi realizada no período de 19 de maio a 09 de junho de 2025, conforme determinações da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.2. A Pesquisa de Preços foi elaborada por esta equipe tecnicamente capaz de definir quantitativa e qualitativamente as necessidades do objeto, visando à aquisição de material farmacológico, para atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

2. Metodologia Aplicada

2.1. Para a definição do preço estimado, foi utilizado como método, o menor preço obtido na pesquisa de preços, em virtude de se mostrar a mais apropriada ao presente caso.

2.2. Foi utilizado apenas o parâmetro IV, tendo em vista a especificidade do material e a necessidade de acompanhamento presencial do paciente atrelada ao preço de compra.

2.3. Em buscas realizadas nas fontes de, I, II e III, não obtivemos sucesso, tendo em vista especificidade do produto a ser adquirido, bem como a aquisição do produto está atrelado ao acompanhamento presencial do paciente, durante 120 dias, sendo um período de tratamento limitado, pois o crescimento craniano é mais rápido nos primeiros meses de vida. Portanto, o acompanhamento e a intervenção precoce são essenciais para obter os melhores resultados.

3. Parâmetros Utilizados

3.1. Conforme previsão do artigo 5º da IN 65/2021, foram realizadas buscas nos parâmetros previstos nos Incisos I, II, III e IV de forma combinada, porém só obtivemos resultado na busca direta com fornecedor, sendo inciso IV.

3.2. Optou-se pelo menor preço, em razão de haver recebido apenas 02 orçamentos de fornecedores especializados do ramo.

4. Comparativos de Preços

4.1. Conforme tabela do mapa comparativo, em anexo.

Parâmetros:

1. Painel de Preços disponível no endereço eletrônico “https://paineldeprecos.planejamento.gov.br”;
2. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
3. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
4. Pesquisa com fornecedores especializados.

Empresas:

1 – CLINICA BABY VITA FISIOTERAPIA E OSTEOPATIA PEDIÁTRICA; CNPJ: 55.327.927/0001-22;

2 – CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIÁTRICA DO AMAZONAS LTDA. CNPJ: 46.937.622\0001-41.

5. Resultados Obtidos

5.1. Analisando todos os dados obtidos por esta equipe de pesquisa de preços, conclui-se que a pesquisa de preços realizada cumpriu a finalidade de permitir que a Administração estabelecesse o preço estimado, de acordo com a realidade praticada no mercado e por empresas do mesmo ramo do objeto a ser adquirido, constante do Documento de Formalização da Demanda nº 87/2025, do Setor da Farmácia Hospitalarr

5.2. Os comprovantes das pesquisas de preços coletadas integram este processo como documento anexo, em formato PDF e compactado. Estas informações subsidiaram a elaboração do Mapa de Preços no qual constam as cotações de preços para o estabelecimento dos valores unitários máximos dos itens a serem licitados.

6. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Assinou eletronicamente em 10/07/2025 às 11:39:56.

Termo de Referência 110/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
110/2025	160020-HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS	[redacted]	10/07/2025 11:03 (v 3.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	24/2025	64581.008818/2025-26

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. contratação direta, para aquisição de órtese craniana, de natureza ética, para correção de Braquicefalia, apresentada por um beneficiário do FUSEx, conforme descrição do item relacionado nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Órtese craniana para correção de Braquicefalia, a ser confeccionado sob medida. INCLUSO NO PROCESSO: Acompanhamento técnico para ajustes e reavaliações por 120 dias.	628988	Uniddade	01	R$ 18.200,00	R$ 18.200,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1ano contado da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n°14.133,de 2021.

1.5 Qualquer divergência entre a descrição do item no edital e no item cadastrado no sistema através do CATMAT,deverá prevalecer a descrição do Termo de Referência,conforme item1.1.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000017/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 04

VI) Classe/Grupo: 6515; INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 160020-53/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Atentar para as exigências de sustentabilidade ambiental, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 7746/12, alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 e as determinações sobre disposição final ambientalmente adequada prevista na Lei n° 12.305 /2010.

4.1.2. O H Mil A Manaus possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), sendo este atualizado anualmente e dispondo de Comissão de Gestão Ambiental para acompanhamento da correta execução do PGRSS. Além disso, suas atividades estão em conformidade com as diretrizes constantes da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018– ANVISA.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura da minuta do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital Militar de Área de Manaus na RUA PROF. ERNANI SIMÃO, NR 1421, CACHOEIRINHA, MANAUS-AM, CEP 69.065-390. A entrega deverá ser efetuada no setor da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), de 2ª a 6ª Feira 08:00 as 13:00h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. O Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da efetiva notificação pelo Contratante.

5.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato,

a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste

Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se

condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que 8trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que culminará com a seleção da proposta de

MENOR PREÇO, com base no seguinte fundamento: atender a decisão da Comissão de Ética Médica, de número 12, datada em 05 de abril de 2023, observados os dispostos na IR 30-38 e a Portaria nº 850, de 12 Jun 19, a qual concluiu pelo deferimento da aquisição da prótese para atendimento da demanda de um paciente vítima de acidente de motocicleta, ocorrido em 12 de julho de 2021, na Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integra.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.4.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Registro ou inscrição de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ou cópia legível da publicação no D.O.U, explicitando

claramente as atividades a serem exercidas pela empresa, devendo constar, no mínimo, os processos de fabricação e /ou armazenagem, distribuição e transporte (quando for o caso);

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzent**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus, 07 de jul de 2025

[redacted]

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o prazo de 05 dias , instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir . os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ***OU*** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Assinou eletronicamente em 10/07/2025 às 11:03:28.

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 004/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 14/07/2025 às 08:43, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): Estudo Técnico Preliminar asssinado.pdf, Relatório da Pesquisa de Preços assinado.pdf, Termo de Referencia assinado.pdf.

[redacted]
Adjunto da Divisão de Farmácia

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 005/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 07/11/2025 às 07:46, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): 01 - TR.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Termo nº 006/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 07/11/2025 às 07:47, faço a retirada do(s) documentos(s) 01 - TR.pdf, Termo de Juntada por Anexação de Documento 005/2025 - Processo 64581.009119/2025-01 do presente processo pelo seguinte motivo: documento duplicado.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 007/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 07/11/2025 às 07:48, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): - NC420842 FUSPROT.pdf, _ CNH FABRICIO.pdf, _ CONTRATO SOCIAL 02-09-2022.pdf, 1 SEFAZ 28-06-2025.pdf, 2 PREFEITURA 06-08-2025.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 008/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 07/11/2025 às 07:49, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): 3 FGTS 11-06-2025.pdf, 4 CONJUNTA 15-09-2025.pdf, 5 CNDT 03-11-2025.pdf, 6 FALENCIA E REC. DE CREDITO 07-06-2025.pdf, 7 CNPJ 19-12-2024.pdf, 8 FIC 19-12-2026.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 009/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 07/11/2025 às 07:49, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): 9 BCM 02-04-2024.pdf, 9 INSCRIÇÃO MUNICIPAL 02-03-2023.pdf, 78_2025 - PROTESE TRANSFEMURAL DE MEMBRO.pdf, BALANÇO PATRIMONIAL 2023.pdf, BALANÇO PATRIMONIAL 2024.pdf, certidao (1).pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 010/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 07/11/2025 às 07:50, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): DEC[redacted].pdf, nivel1Credenciamento_42594375000177_2025-05-29.pdf, PROPOSTA DE PREÇOS.pdf, sicaf.pdf, tcu.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 011/2025 - Processo 64581.009119/2025-01

Em 11/11/2025 às 08:20, faço anexar ao presente processo 64581.009119/2025-01, o(s) documento(s): NE_167020_2025NE001569_v002_42594375000177_20251111082218.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200877209	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2500131172

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

4 Agosto 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/056.518-8	AME2500131172	04/08/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		04/08/2025 12:04:49
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		04/08/2025 12:09:00
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

BALANÇO PATRIMONIAL

Número de Ordem 01

TERMO DE ABERTURA

Contém o Balanço Patrimonial 07 (sete) páginas, compondo o Balanço Patrimonial do exercício de 2024, compreendido entre o período de 02/01/2024 a 31/12/2024, da empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, com sede à Av. Dr. Theomario Pinto da Costa, nº 811, Sala 910,0 Skye Platinum Office, Chapada, Manaus/AM, CEP 69.050-055, com seu registro arquivado na Junta Comercial do estado do Amazonas, sob o nº 13200877209, inscrita no CNPJ sob número 46.937.622/0001-41.

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

.....

[redacted]

Socio-Administrador

.....

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA

CNPJ 46.937.622/0001-41

Nire 13200877209

BALANÇO PATRIMONIAL 2024

Av. Dr. Theomario Pinto da Costa
nº 811, Sala 910,0 Skye Platinum Office
Chapada
Manaus/AM
CEP 69.050-055

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA
CNPJ 46.937.622/0001-41
Nire 13200877209

BALANÇO PATRIMONIAL 2024

ATIVO				***68.311,15***
ATIVO CIRCULANTE			***38.066,15***	
DISPONIBILIDADES		***28.062,15***		
CAIXA E EQUIV DE CAIXA	*28.062,15*			
CREDITOS A RECEBER		***10.004,00***		
CLIENTES	*10.004,00*			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			***30.245,00***	
IMOBILIZADO		***30.245,00***		
IMOBILIZADO DEFINIDO	*30.245,00*			
	-			
PASSIVO				***68.311,15***
PASSIVO CIRCULANTE			***6.639,50***	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		***6.639,50***		
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	*4.389,50*			
CONTAS A PAGAR	*2.250,00*			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			***-***	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		***-***		
PARCELAMENTOS	-			
EMPRESTIMOS	-			
PATRIMONIO LIQUIDO			***61.671,65***	
CAPITAL		***10.000,00***		
CAPITAL SUBSCRITO	*10.000,00*			
LUCROS E OU PREJUIZOS ACUMULADOS		***51.671,65***		
LUCROS ACUMULADOS	*51.671,65*			

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, levantado em 31/12/2024, somando tanto no ativo como no Passivo o valor de ***R$ 68.311,15 (Sessentae oito mil, trezentos e onze reasi e quinze centavos).***

Manaus/Am, 31 de dezembro de 2024

[redacted] ***S LTDA***

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA

CNPJ 46.937.622/0001-41

Nire 13200877209

D R E 2024

RECEITA BRUTA		***200.060,02***
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	*200.060,02*	
(-) DEDUÇÕES		***(24.011,76)***
Impostos s/ vendas	*24.011,76*	
(=) RECEITAS LIQUIDAS		***176.048,26***
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		***(80.982,20)***
CUSTOS GERAIS	*80.982,20*	
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		***95.066,06***
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		***(30.421,14)***
Administrativas	*30.421,14*	
Vendas	*-*	
Tributarias	*-*	
(=) Resultado Operacional antes do resultado Financeiro		***64.644,92***
(+/-) Resultado Financeiro		***(969,67)***
Despesas Financeiras	*969,67*	
Receitas Financeiras		
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO		***63.675,25***

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

[redacted]***TDA***

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA

CNPJ 46.937.622/0001-41

Nire 13200877209

D L PA 2024

DEMONSTRATIVO DE LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS

Saldo Inicial de Lucros ou Prejuizos Acumulados	R$	-
(+/-) Ajustes de exercicios anteriores	R$	-
(+/-) Lucro/Prejuizo do Exercicio	R$	63.675,25
(-) Destinação do Lucro	R$	-
(-) Reservas	R$	-
(-) Dividendos ou Lucros Distribuidos	R$	(12.003,60)
Saldo Final de Lucros ou Prejuizos Acumulados	R$	51.671,65

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA
CNPJ 46.937.622/0001-41
Nire 13200877209

INDICES DE LIQUIDEZ 2024

Liquidez Imediata

Formula: Disponibilidades / Passivo Circulante — Quanto > Melhor

Formula: 28.062,15 / 6.639,50 = 4,23

Liquidez Seca

Formula: (AC - Est. - desp antecip) / Passivo Circulante — Quanto > Melhor

Formula: 38.066,15 / 6.639,50 = 5,73

Liquidez Corrente

Formula: A C - despesas antec / Passivo Circulante — Quanto > Melhor

Formula: 38.066,15 / 6.639,50 = 5,73

Liquidez Geral

Formula: (AC + real.LP - Desp Anteci) / PC+PNC — Quanto > Melhor

Formula: 68.311,15 / 6.639,50 = 10,29

Solvencia Geral

Formula: Ativo Total / P.C + PNC — Quanto > Melhor

Formula: 68.311,15 / 6.639,50 = 10,29

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

BALANÇO PATRIMONIAL

Número de Ordem 01

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o Balanço Patrimonial 07 (sete) páginas, compondo o Balanço Patrimonial do exercício de 2024, compreendido entre o período de 02/01/2024 a 31/12/2024, da empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, com sede à Av. Dr. Theomario Pinto da Costa, nº 811, Sala 910,0 Skye Platinum Office, Chapada, Manaus/AM, CEP 69.050-055, com seu registro arquivado na Junta Comercial do estado do Amazonas, sob o nº 13200877209, inscrita no CNPJ sob número 46.937.622/0001-41.

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

.....

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/056.518-8	AME2500131172	04/08/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		04/08/2025 12:04:49
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		04/08/2025 12:09:00
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

CRCAM
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....
REGISTRO.....
CATEGORIA.....
CPF.....

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAM contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 04/08/2025 as 11:53:13.
Válido até: 02/11/2025.
Código de Controle: 7914455

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/056.518-8	AME2500131172	04/08/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		04/08/2025 12:04:49
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	RAUJO	04/08/2025 12:09:00
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, de CNPJ 46.937.622/0001-41 e protocolado sob o número 25/056.518-8 em 04/08/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1789903, em 04/08/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Andreia Liane C de Andrade.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Márcia Lopes Perez. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted] ARAUJO		
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 04/08/2025

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 25/056.518-8.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento assinado eletronicam[redacted]blico(a), em 04/08/2025, às 11:16.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 25/056.518-8.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. segunda-feira, 04 de agosto de 2025

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1789903 em 04/08/2025 da Empresa CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA, CNPJ 46937622000141 e protocolo 250565188 - 04/08/2025. Autenticação: F8F75EC5E979070ADED7686F89B81BE9693A0A9. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/056.518-8 e o código de segurança uxPD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

[redacted]

QR-CODE

[redacted]

2. e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – 4c. Documento Identidade / Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filation / Filación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA023315723<996<<<<<<<<<<<<
8308207M3501302BRA<<<<<<<<<<<4
WAGNER<<RODR<LACOUTH<DE<ARAUJO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
46.937.622/0001-41 **MATRIZ**		**28/06/2022**

NOME EMPRESARIAL
CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional
86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DR. THEOMARIO PINTO DA COSTA	**811**	**SALA 910 SKYE PLATINUM OFFIC**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.050-055	**CHAPADA**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTODEOSTEOPATIAPEAM@GMAIL.COM	**(92) 9174-4242**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/06/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/08/2025** às **10:49:19** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
46.937.622/0001-41 **MATRIZ**		**28/06/2022**

NOME EMPRESARIAL
CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional
86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DR. THEOMARIO PINTO DA COSTA	**811**	**SALA 910 SKYE PLATINUM OFFIC**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.050-055	**CHAPADA**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTODEOSTEOPATIAPEAM@GMAIL.COM	[redacted]

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/06/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/08/2025** às **10:33:38** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

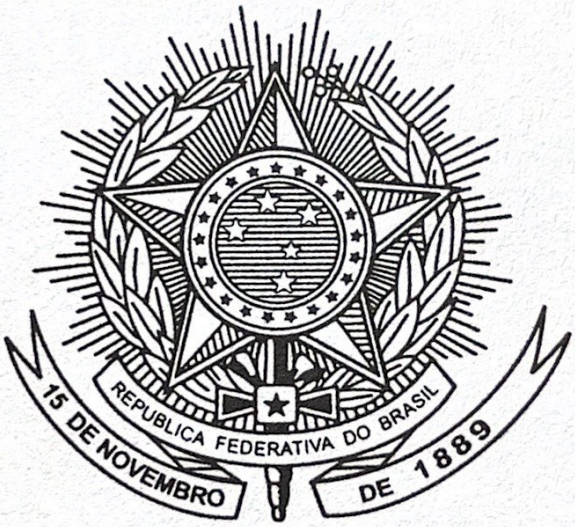


CARTEIRA DE IDENTIDADE

DE

FISIOTERAPEUTA

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL



CARTEIRA DE IDENTIDADE DE **FISIOTERAPEUTA**

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Esta CARTEIRA tem valor legal de DOCUMENTO DE IDENTIDADE e tem fé pública por força do disposto na Lei nº 6.316 de 17 de dezembro de 1975 e da Lei nº 6206, de 7 de maio de 1975.

Contém 20 folhas numeradas sucessivamente e autenticadas por rubrica.

Belém, 28 de maio de 2010

[redacted]

INSCRIÇÃO N.º 131585 **F**

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 12ª **REGIÃO**

expede esta CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL de **FISIOTERAPEUTA**

[redacted]

Registros do Título de

FISIOTERAPEUTA



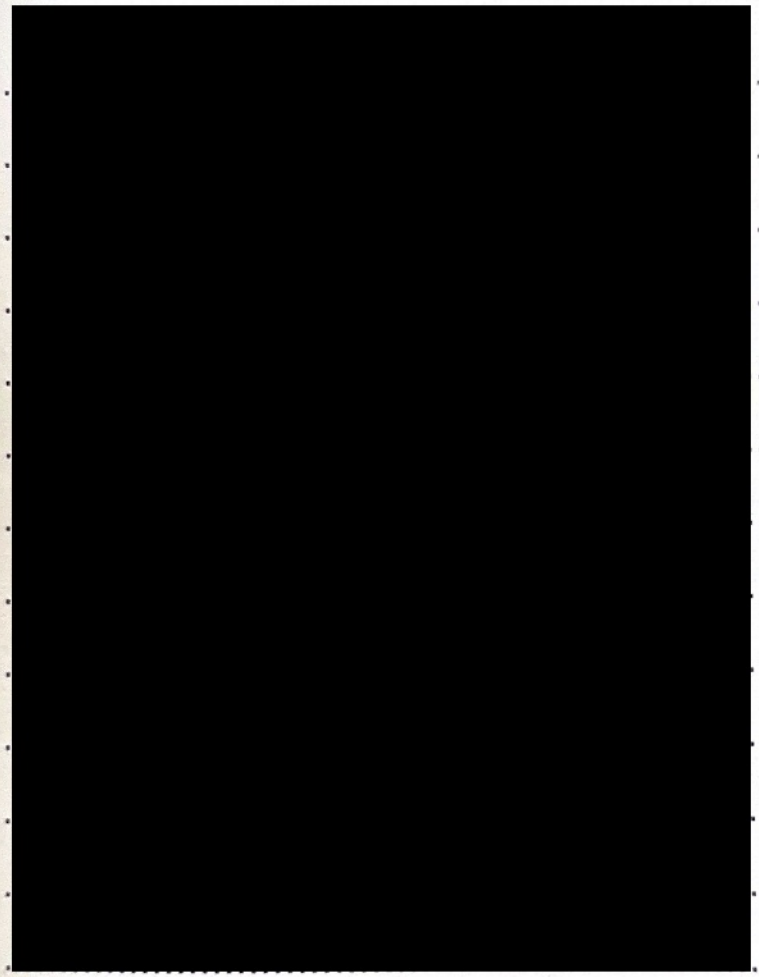
Repartição .....n.º .....

Fls. ..... L. ..... em ...../...../.....

Repartição .....n.º .....

Fls. ..... L. ..... em ...../...../.....

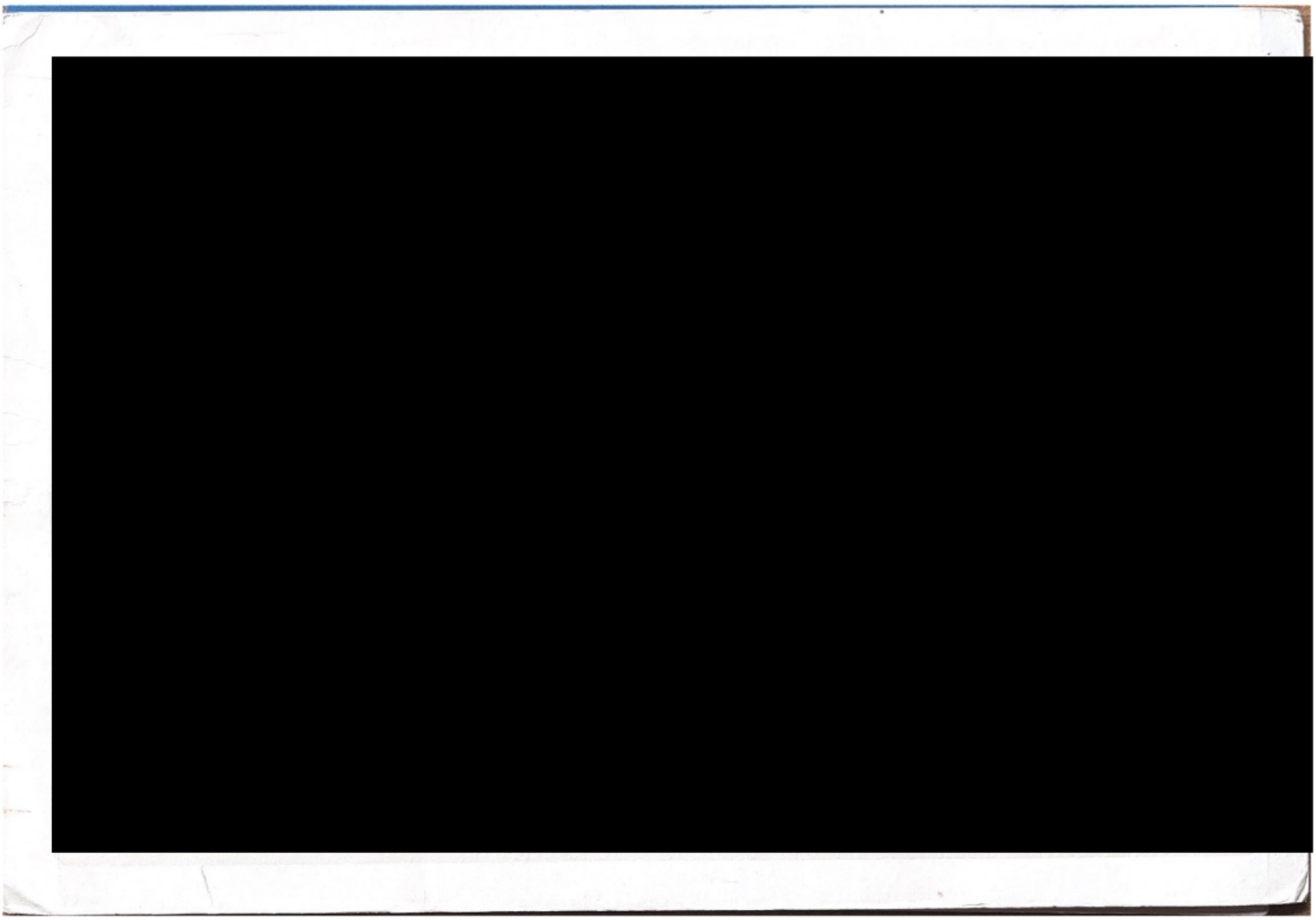
QUALIFICAÇÃO DO TÍTULO



Este documento é peça do processo 64581.009119/2025-01









DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o referido curso cumpriu todas as disposições da resolução CNE/CES N°1, de 08 de junho de 2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Tema da Monografia: Técnicas de Higiene Brônquicos aplicadas em pacientes portadores de fibrose cística: Uma comparação entre as técnicas convencionais e as modernas

023754


Unicastelo
Universidade Camilo Castelo Branco

PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA

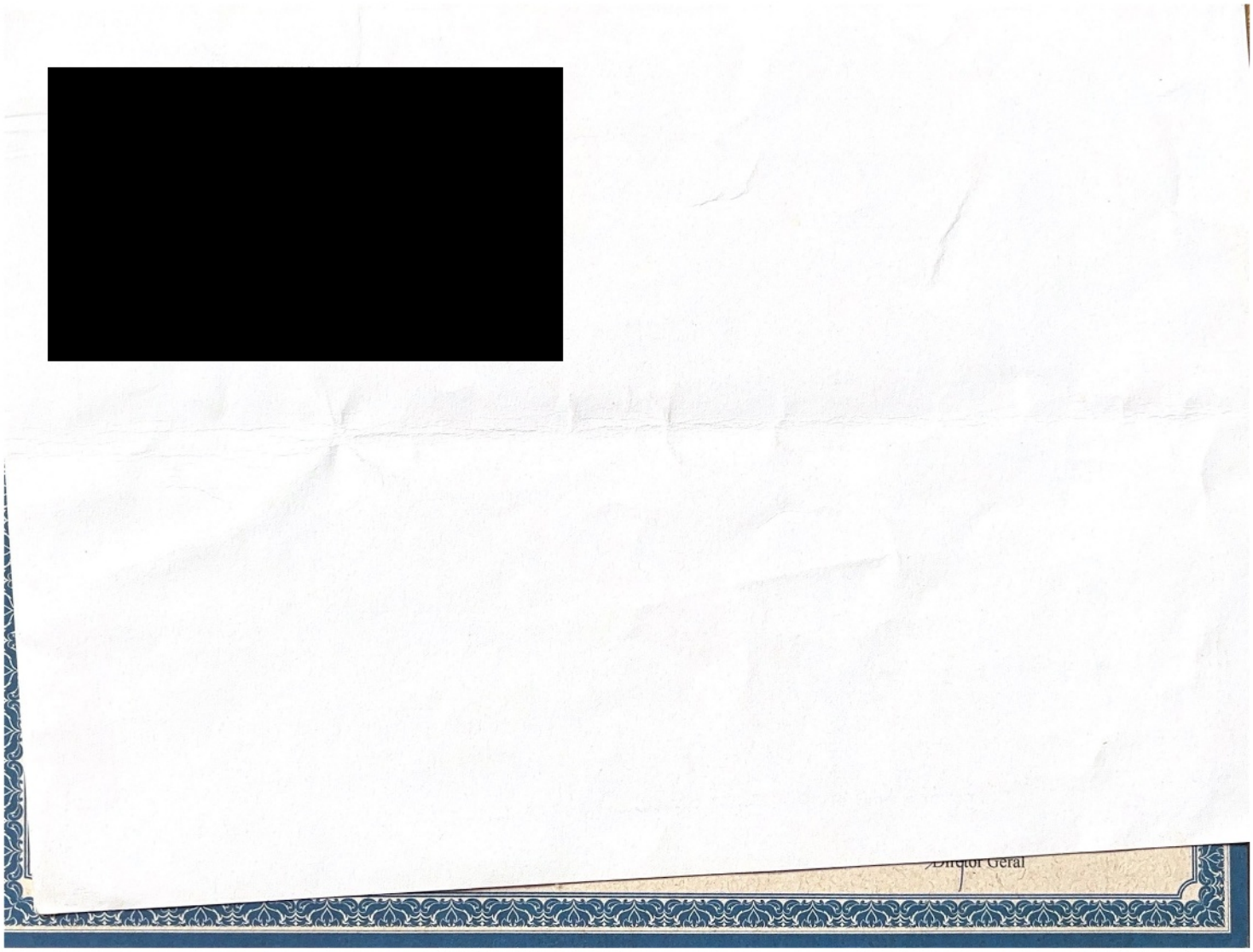
CERTIFICADO

[redacted]

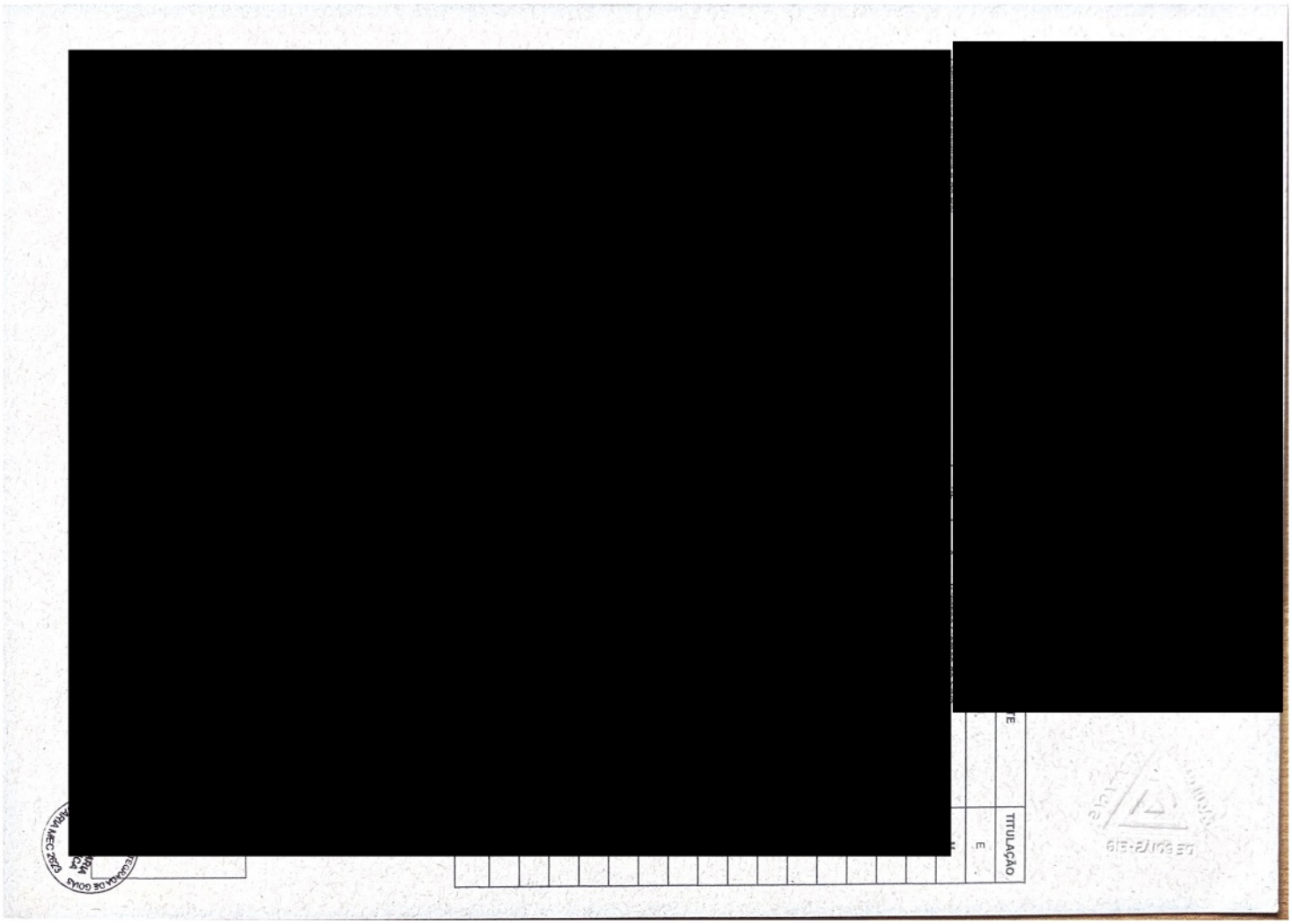
São Paulo, 14 de Dezembro de 2012.

[redacted]

[redacted]


Diretor Geral


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ORDEM E PROGRESSO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FACULDADE INTEGRADA DE GOIÁS – FIG
Credenciamento: Portaria MEC n.º 2623 de 06/12/2001
Publicado em 10/12/2001 - DOU
Alteração de Denominação: Portaria 373 de 24/04/2017
Publicado em 25/04/2017 - DOU
FACULDADE
Ávila
Certificado
O Diretor Geral da Faculdade Integrada de Goiás – FIG no uso de suas atribuições certifica que:
[redacted]
[redacted]
Goiânia – GO, 31 de julho de 2017.
[redacted]



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**46.937.622/0001-41**
Razão Social:	**CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA**
Nome Fantasia:	**INSTITUTO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **31/07/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**28/01/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**26/08/2025**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**31/01/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**31/08/2025**
Receita Municipal	Validade:	**31/01/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 04/08/2025 18:33 1 de 1

CPF: 768.XXX.XXX-15 [redacted]

Ass:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **46.937.622/0001-41**

Razão Social: **CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA**

Atividade Econômica Principal:

8650-0/04 - ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA

Endereço:

AVENIDA DR. THEOMARIO PINTO DA COSTA, 811 - SALA 910 SKYE PLATINUM OFFIC - CHAPADA - 69.050-055 - Manaus / Amazonas

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço https://comprasnet.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 04/08/2025 10:29 1 de 1

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**46.937.622/0001-41**
Razão Social:	**CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA**
Nome Fantasia:	**INSTITUTO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **31/07/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**28/01/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**26/08/2025**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**31/01/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**31/08/2025**
Receita Municipal	Validade:	**31/01/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.937.622/0001-41
Razão Social: CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA
Endereço: R ARGENTINA 6 SALA PRIME TERREO / FLORES / MANAUS / AM / 69028-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:28/07/2025 a 26/08/2025

Certificação Número: 2025072821025835928247

Informação obtida em 01/08/2025 10:31:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública ao Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado do Amazonas

IDENTIFICAÇÃO

C.N.P.J:	46.937.622/0001-41	Inscrição Estadual:	05.475.304-0 SN
Razão Social:	CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA		
Tipo de Unidade Auxiliar:			

ENDEREÇO

Logradouro:	AVE DR. THEOMARIO PINTO DA COSTA		
Número:	811	Complemento:	SALA 910 SKYE PLATINUM OFFIC
Bairro:	CHAPADA		
Município:	Manaus	UF:	AM
CEP:	69050-055	Telefone:	9174-4242

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

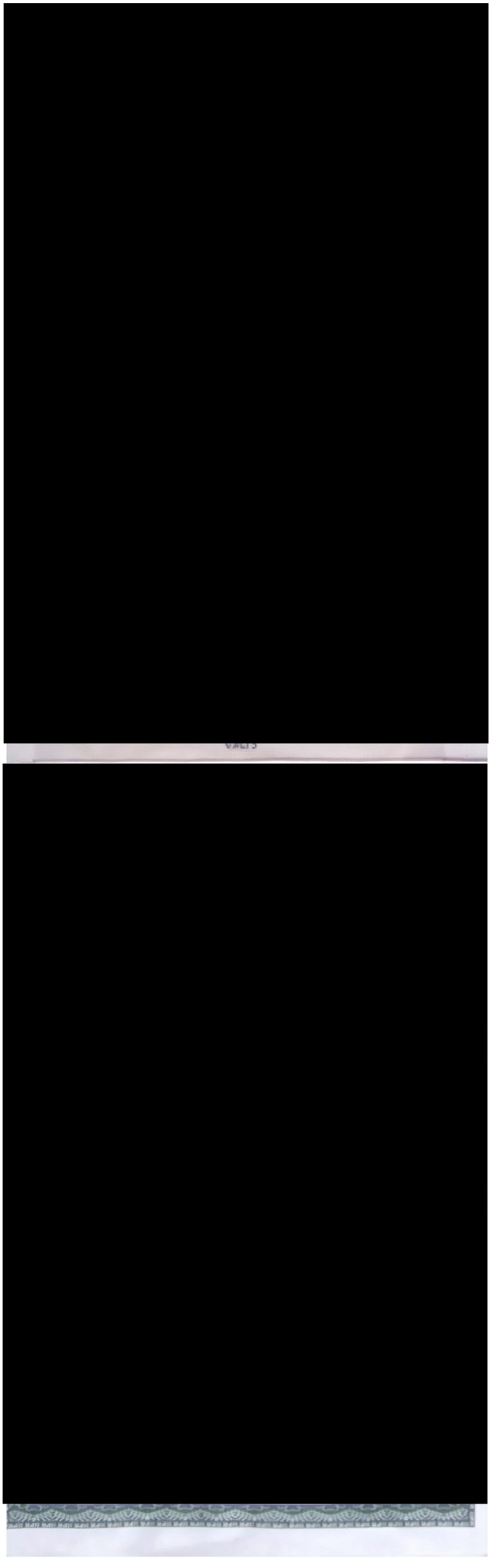
CNAE Principal:	4773-3/00- Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	Início de Atividades:	12/03/2025
CNAE Secundário:	4763-6/02- Comércio varejista de artigos esportivos	Início de Atividades:	12/03/2025
CNAE Secundário:	4781-4/00- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Início de Atividades:	12/03/2025

Situação Cadastral Vigente:	Habilitado

DATA DA CONSULTA: **01/08/2025 - 09:50:46**

Voltar para seleção de contribuinte (AM)

Acessar cadastro de outro Estado



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**46.937.622/0001-41**
Razão Social:	**CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA**
Nome Fantasia:	**INSTITUTO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **31/07/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**28/01/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**26/08/2025**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**31/01/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**31/08/2025**
Receita Municipal	Validade:	**31/01/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/08/2025 08:58:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS LTDA**
CNPJ: **46.937.622/0001-41**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Data e hora da consulta: 11/12/2025 10:31
Usuário: ***.293.662-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167020	HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.601.850/0002-09	RUA PROF ERNANI SIMAO, NR 1421 CACHOEIRINHA	69065-390

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	PABX: (092)2126-2000 FAX:2126-2005/2126-2056

Ano	Tipo	Número
2025	NE	1951

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	215845	1005000142	339030	167505	D8SAFUSPROT

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
06/08/2025	Ordinário	64581.008818/2025-26	0,0000	18.200,00

Favorecido

Código	Nome
46.937.622/0001-41	CENTRO DE OSTEOPATIA PEDIATRICA DO AMAZONAS L

Endereço	CEP
DR. THEOMARIO PINTO DA 811 SALA 910 CHAPADA	69050-055

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	92982146181

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
140	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
Lei 14.133/2021	75	-	III	a

Descrição
339030.36-MATERIAL HOSPITALAR
DIEX Nº 295-FARM, DE 07 JUL 25 * DISPENSA 134/2025
2025NC425374-DGP, DE 01 AGO 25[redacted]

Local da Entrega
RUA PROF. ERNANI SIMÃO, NR 1421, CACHOEIRINHA, MANAUS-AM, CEP 69.065-390

Informação Complementar
16002006001342025 - UASG Minuta: 160020

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/08/2025 15:07:17	Alteração

Data e hora da consulta: 11/12/2025 10:31
Usuário: ***.293.662-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	18.200,00

Subelemento 36 - MATERIAL HOSPITALAR

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - tipo: p/ assimetria crânio, tamanho: sob medida, modelo: tipo capacetinho	18.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
06/08/2025	Inclusão	1,00000	18.200,0000	18.200,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Responsável pela Nota de Empenho
[redacted]	[redacted]
06/08/2025 15:07:17	06/08/2025 14:58:43

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/08/2025 15:07:17	Alteração